



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA
Direcção-Geral do Território

PROCEDIMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE UMA BOLSA DE INVESTIGAÇÃO PARA LICENCIADO

Aviso n.º 4 /SMOS/2019

Encontra-se aberto o concurso para atribuição de uma Bolsa de Investigação (BI) para licenciado, no âmbito das actividades da Direcção-Geral do Território (DGT) relacionadas com monitorização da ocupação/uso do solo de Portugal Continental e as áreas de elevado risco de erosão hídrica no âmbito da Reserva Ecológica Nacional (REN).

Área científica: Geografia, Ciências da Terra, Engenharia

Âmbito do trabalho:

Cumprindo à DGT a elaboração de políticas públicas de Ordenamento do Território e de orientações estratégicas que permitam a aplicação de boas práticas territoriais no âmbito da utilização de instrumentos de gestão territorial (IGT). Neste domínio, no âmbito da produção da Carta de Ocupação do Solo de Portugal (COS), entre outros aspectos, tem-se procurado criar serviços de monitorização do meio terrestre que, no caso deste concurso, dizem respeito ao aperfeiçoamento de metodologias de delimitação da REN e em particular no que diz respeito à identificação e monitorização de áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo (AEREHS).

Neste contexto, a identificação dessas áreas passa pela aplicação da equação universal de perda do solo (EUPS) ao território de cada município. O cálculo dos factores que a compõem tem sido problemático e difícil de implementar, obrigando a uma reformulação do D.L. 232 de 2012 que regulamenta esta aplicação. Assim tem-se procurado por soluções mais ajustadas, nomeadamente ao âmbito municipal, que permitam uma melhor aproximação à realidade, utilizando informação geográfica actualizada e de elevado detalhe, nomeadamente a última versão da COS, ortofotomapas de alta resolução e metodologias de cálculo mais objectivas e sistematizadas que incidirão principalmente sobre os factores naturais da EUPS, nomeadamente sobre a relação comprimento de vertente – declive (factor LS).

Com base em modelos digitais do terreno de elevada qualidade e tendo em consideração os dados de base disponíveis, procura sistematizar-se em ambiente SIG uma metodologia passível de ser usada igualmente por todos os municípios, que permita estabelecer uma base comparável a nível nacional e a normalização de procedimentos e critérios no cálculo e mapeamento das AEREHS e, em simultâneo, tenta garantir-se a sua fiabilidade como referência para a delimitação da REN.

Por outro lado, para além da afinação da metodologia de cálculo, é necessário garantir que a mesma seja suportada pela maioria das plataformas SIG utilizadas nos municípios, nomeadamente as seguintes: ArcGIS, QuantumGIS e SAGA (sendo estas duas últimas, plataformas não proprietárias).

O resultado desta acção, deverá ser uma metodologia sistematizada e normalizada para determinação do factor LS da EUPS e produção de mapas municipais correspondentes, para posteriormente serem processados com os mapas dos restantes factores tendo em vista a obtenção do resultado final da EUPS. Em função dos resultados obtidos, não ficará de parte a possibilidade de ser necessário efectuar reajustamentos metodológicos, devendo para o efeito os candidatos reunir conhecimentos de base, necessários para esta actividade de investigação.

Com esta prestação, a DGT pretende responder às dificuldades que se têm deparado neste domínio e que tem retardado a aprovação das áreas de REN em vários municípios.

Destinatários:

- a) Licenciados em pelo menos uma das áreas científicas acima indicadas.
- b) Possuidores de competências no domínio dos Sistemas de Informação Geográfica em geral e em particular no âmbito da análise espacial e modelação digital de terrenos; e ainda nos domínios da Hidrologia, Pedologia, Geomorfologia, Cartografia, Cartografia temática e Climatologia;
- c) Possuidores de bom nível de leitura de inglês técnico e corrente;
- d) Disponibilidade imediata.

Documentação a entregar obrigatoriamente:

- (1) Fotocópia do cartão de cidadão ou do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte;
- (2) Curriculum Vitae detalhado;
- (3) Fotocópias dos certificados dos graus académicos que possui;

(4) Documento com a descrição das competências e conhecimentos (comprováveis) solicitados nas alíneas b) e c). Este documento, com o máximo de duas páginas A4, deve listar os factos curriculares e profissionais que evidenciem o requerido, não devendo remeter para o CV.

Os candidatos poderão ainda adicionar outros elementos que considerem relevantes para a apreciação das suas candidaturas. Os candidatos que não apresentarem os elementos de candidatura solicitados poderão ser excluídos do concurso.

Método de selecção: Os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes: avaliação curricular, com carácter eliminatório; breve entrevista de avaliação de conhecimentos e experiência, motivação pessoal, interesse no cargo a prover seguida de prova prática de operação em SIG (irá ser utilizada a plataforma ArcGIS 10.2).

Após classificação dos candidatos com base na avaliação curricular, os 5 candidatos com melhor classificação serão sujeitos a entrevista. A classificação final será a média ponderada da avaliação curricular, da entrevista e da prova prática, com os seguintes factores de ponderação:

- Avaliação curricular (serão apenas seleccionados os cinco melhores candidatos) – 0,2
- Entrevista – 0,1
- Prova prática – 0,7

A avaliação curricular será feita com base nos certificados dos graus académicos e no documento referido na alínea (4) da secção “Documentação a entregar obrigatoriamente”.

Instituição de acolhimento: O trabalho será desenvolvido na sede da Direcção-Geral do Território, em Lisboa.

Duração da bolsa: Seis meses, eventualmente renovável

Condições financeiras: Conforme tabela da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia (752,38€ mensais), efectuando-se o pagamento mensal através de transferência bancária. Ao valor de cada bolsa acresce o seguro social voluntário correspondente e do seguro de acidentes pessoais.

Contratos: O contrato será celerado de acordo com o preceituado na Lei n.º 40/2004, de 18 de Agosto, e demais legislação aplicável.

Relatório final: O bolseiro deverá elaborar um relatório final, em colaboração com o orientador, explicitando as metodologias e os resultados alcançados. O relatório deve ser entregue em suporte digital.

Formalização das candidaturas: As candidaturas deverão ser dirigidas ao Presidente do Júri, Doutor António Amílcar Alves da Silva. Só serão aceites candidaturas enviadas através de correio electrónico para bolsas-SMOS-4@dgterritorio.pt (inscrevendo no assunto: "BI - Procedimento 4/SMOS/2019").

Data de publicação do presente anúncio: 08-05-2019

Prazo de candidatura: 10 dias úteis após a publicação do presente anúncio.

Divulgação dos resultados: Os resultados da avaliação dos candidatos serão divulgados no portal da DGT na Internet (<http://www.dgterritorio.pt/>), até 30 dias úteis após o termo do prazo de candidatura.

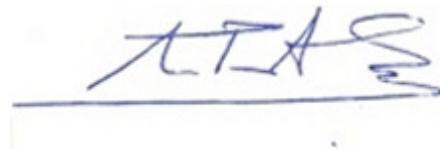
Composição do júri de avaliação: O júri para a avaliação dos candidatos é constituído por:

António Alves da Silva
Marta Rodrigues
Ana Sofia Rizzone

Suplentes:

Ana Luísa Gomes,
Rui Reis,
Marisa Silva

O Presidente do Júri



António Alves da Silva